

A DISPERSÃO DE ARQUIVOS DE PESSOAS COMO ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E ACESSO: o arquivo de Rubim Santos Leão de Aquino

THE DISPERSION OF PEOPLES' ARCHIVES AS PRESERVATION AND DISSEMINATION STRATEGIES: the archives of Rubim Santos Leão de Aquino

Michele de Almeida Gomes | Ana Luce Girão Soares de Lima

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag21a8>

Resumo: Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida em 2022 no Programa de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Teve como objetivo investigar o fenômeno da dispersão em arquivos de pessoas depositados em espaços de memórias. Para analisar, tivemos como objeto de estudo o arquivo de Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), professor de História, cujo acervo foi fragmentado em parcelas e destinado a diversas entidades, como o Programa de Estudos, Documentos Educação e Sociedade – Proedes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para alcançar tal propósito, realizamos um estudo exploratório sobre a dispersão em arquivos de pessoas, levantamos os dados biográficos do produtor e do arquivo, identificamos os atores envolvidos e elencamos os critérios de destinação. O resultado alcançado foi o mapeamento dos lugares que receberam a documentação com a elaboração da cartografia de dispersão do acervo.

Palavras-chave: Cartografia da dispersão; Dispersão em arquivos de pessoas; Rubim Santos Leão de Aquino.

Abstract: This article is part of the research developed in 2022 in the Cultural Heritage Preservation and Management Program of Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. It aimed to investigate the phenomenon of dispersion in people's archives deposited in memory spaces. To analyse, we had as object of study Rubim Santos Leão de Aquino's archives (1929-2013), history professor, whose collection was fragmented into parcels and destined to different entities, such as the Study Program, Documents Education and Society – Proedes, from the Federal University of Rio de Janeiro. To achieve this purpose, we carried out an exploratory study on the dispersion in people's archives, collected the biographical data of the producer and the archives, identified the actors involved and listed the destination criteria. The result achieved was the mapping of the places that received the documentation with the elaboration of the collection's dispersion cartography.

Keywords: Cartography of dispersion; Dispersion in people's archives; Rubim Santos Leão de Aquino.

Introdução

Há uma diversidade de lugares da memória coletiva espalhados pelo mundo que preservam o patrimônio cultural, histórico, documental da Humanidade. Dentre estes lugares reconhecidos pela sociedade civil, estão as universidades, que, ao longo do tempo, vêm acumulando e capitaneando um valioso patrimônio documental. Além da produção e acumulação do seu acervo científico e institucional, têm recebido demandas de recolhimento de arquivos de pessoas com trajetórias profissionais, entre intelectuais, docentes e cientistas que tiveram relação acadêmica e cultural com a instituição, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os indivíduos têm buscado depositar seu patrimônio documental em locais que preservem suas memórias, confirmam-lhes o tratamento adequado e as disponibilizem ao público. Na UFRJ existem alguns locais

que são depositários dessa memória: bibliotecas, arquivos institucionais, museus universitários, espaços memoriais, laboratórios de pesquisa e centros de memória e documentação. Na compreensão de Ana Maria Camargo estes espaços são:

[...] centros de difusão do saber, espaços culturais de formação ou ainda núcleos de coleta, preservação e transmissão de nosso patrimônio cultural. [...] e se encontra material que permite evocar fatos e dar a eles significado, de modo a atender à fluidez e ao dinamismo de diferentes demandas sociais, inclusive voltadas especificamente para a construção do conhecimento (CAMARGO, 2015:19-20).

Em um desses espaços de salvaguarda da memória coletiva da educação está o Programa Estudos Documentação Educação e Sociedade (Proedes)¹. O Proedes é constituído como um laboratório de pesquisa em história de educação e de um centro de documentação e pesquisa em educação. Está vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizado no *campus* da Praia Vermelha, no Palácio Universitário – anexo da Faculdade de Educação (XAVIER, 2007:163).

Entre os acervos preservados pelo Proedes estão os arquivos pessoais de educadores constituídos de conjuntos de documentos produzidos e recebidos que retratam suas trajetórias profissionais e privadas, como registros das memórias individuais de professores do ensino superior e básico, gestores e administradores da educação e de personalidades públicas que representam a identidade coletiva destes intelectuais e profissionais da educação. Este lugar foi escolhido pela família do Prof. Rubim Santos Leão de Aquino para depositar uma parte de seu acervo, um arquivo considerado de relevância no campo de ensino de história e de práticas pedagógicas avançadas para sua época.

Os limites com que os agentes custodidores (família ou curadores) têm que lidar estão na liberdade de escolha de quem pretende doar o acervo, na forma como se pretende entregá-lo, tanto da parte dos produtores e quanto dos agentes da negociação, além da dúvida de saber o que será doado, para quem doar e o que devem reter. Essas questões permeiam o processo de aquisição de arquivos pelas instâncias de salvaguarda de acervos, tendo em vista que, nesse processo, aparece uma questão pouco explorada nas pesquisas em arquivos: a dispersão como solução para quem pretende doar.

Para compreender a problemática da dispersão ocorrida em arquivos de pessoas, tomamos como estudo empírico o arquivo do educador Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), professor de História do ensino básico da rede privada do Rio de Janeiro. Formado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (hoje, UFRJ), como Bacharel e Licenciado, lecionou na educação básica e, por um curto período, também no ensino superior. Foi autor e coautor de livros didáticos e paradidáticos, tendo ainda atuado em movimentos sociais, sindicais, partidários e culturais. Neste artigo exploraremos a sua trajetória profissional enquanto educador e escritor de livros didáticos.

O acervo é constituído por materiais arquivísticos, bibliográficos e museológicos provenientes de suas atividades profissionais, pessoais e da sua rede de sociabilidade,

¹ Informações sobre a história de constituição do Proedes, ver: [PROEDES – Centro de Documentação da Faculdade de Educação – PROEDES – Centro de Documentação da Faculdade de Educação \(ufrj.br\)](http://proedes.fed.ufri.br).

familiar e afetiva. Estima-se um volume de aproximadamente 17.000 itens. Na parcela que foi incorporada ao Proedes, já classificada, encontram-se fragmentos de todos os âmbitos de seu itinerário, mas está concentrada nas práticas docentes, sendo contabilizados 1.710 itens. A pedido do próprio docente, sua biblioteca deveria ser doada de forma integral a um familiar e, na ausência deste, para algumas instituições previamente selecionadas. A família decidiu desmembrar o acervo em parcelas que foram doadas a doze instituições que contam com espaços que preservam memórias. Desta questão surgiram as seguintes indagações: A dispersão seria uma estratégia de preservação e acesso? Quais foram e quem são os agentes que motivaram a dispersão do seu arquivo pessoal? Quais foram as estratégias utilizadas para a fragmentação da documentação? Como reunir as informações dispersas?

Para responder a tais questões foi necessário um levantamento da literatura que trata da temática de dispersão em arquivos. Investigamos a história de vida pública do professor Rubim Aquino, por meio de documentos oficiais e impressos em jornais e revistas, além de fontes orais. Destacamos para discussão os critérios de seleção, as estratégias utilizadas na dispersão e o mapeamento das instituições, a fim de identificar quem são atores, suas áreas de atuação, as políticas de aquisição, preservação e disponibilização. Como resultado, apresentamos uma cartografia da dispersão do arquivo Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA) que demonstra as ausências de informação, falta de tratamento e de mecanismos de acesso, que nos permitem afirmar que a dispersão, mesmo que usada como estratégia para fins de acesso ao cidadão/pesquisador, não se demonstrou, neste caso específico, como um mecanismo eficaz para este fim.

Rubim Santos Leão de Aquino, Professor de História da Educação Básica do Rio de Janeiro

Fig. 1 - Rubim Santos Leão de Aquino em lançamento do livro: *Futebol, uma paixão nacional* (2002)



Fonte: Arquivo fotográfico da família.

Rubim Santos Leão de Aquino nasceu no Rio de Janeiro em 1929. Seu pai, o Marechal Rubens Monteiro Leão de Aquino, sua mãe, a dona de casa, Maria Antonietta Santos de Aquino, bem como sua irmã, Mey Santos Leão de Aquino, formavam uma família conservadora, católica e anticomunista.

Sua primeira oportunidade de emprego surgiu quando ocupou, aos 18 anos, um cargo no Ministério da Fazenda, sendo admitido logo depois, em concurso interno, na função de arquivista. Neste cargo permaneceu entre 1948 e 1987 (FONSECA, 1997).

Casou-se com Sarah Mota Lima, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1951, com quem teve sete filhos. Permaneceram casados por 21 anos, separando-se em 1972 (AQUINO, 2010). Segundo Aquino, sua ex-esposa e seu sogro foram os grandes incentivadores e influenciadores em sua formação como educador e na atuação política. Nas suas palavras, Sarah ficou “martelando para estudar”:

[...] “Você já pensou quando os nossos filhos crescerem, vão perguntar o que o pai era? “Funcionário público”. Você não fica chateado?”. Até um dia, no final de 1957, ela chegou em casa e disse: “Olha aqui o programa de vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia. Tem pré-vestibular que funciona à noite. Está na sua mão. Se você quiser, vai estudar. Aí eu fui” (AQUINO, 2008:97).

Ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, em 1959. Criada dentro do projeto de reorganização do ensino superior do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando da instalação no país das faculdades de Filosofia, no processo de constituição da Universidade do Brasil. A FNFfi propunha-se, prioritariamente, formar intelectuais que preenchessem os quadros técnicos da burocracia estatal nas áreas de educação e cultura e, particularmente, professores para o ensino secundário (MENDONÇA, 2002:150-155). A formação do professor era realizada em três anos, com mais um ano de habilitação. Aquino formou-se em 1963, obtendo a titulação de bacharel e licenciado em História. Foi extinta na Reforma Universitária de 1968, passando seus cursos para a recém-criada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Tão logo recebeu o diploma, seguiu a carreira de professor, recebendo diversos convites para ser professor-assistente em escolas públicas. Suas primeiras aulas aconteceram no Curso Pré-Vestibular da Escola de Sociologia e Política, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, trabalhando entre 1963 e 1964. Sua pretensão inicial na carreira docente era a de prestar concurso público para as escolas estaduais e municipais, o que não foi possível devido a duas situações: a exigência de atestado de ideologia, instituída após o Golpe de 64, que instituiu uma ditadura civil-militar (1964-1985) e por já ter um cargo público, pois não existia a possibilidade de, naquele momento, acumular funções, uma vez que havia sido convidado para ser professor assistente do Colégio Pedro II (AQUINO, 2008). Sendo assim, e a fim de preservar a família, privilegiou lecionar em universidades, escolas do ensino básico e em cursos de pré-vestibular da rede privada de ensino e comunitários, já que nesses espaços não se exigiam atestado. Aquino sofreu uma dura perseguição durante o período da ditadura, chegando a ser preso em 1973. Teve uma curta carreira acadêmica entre 1966 e 1969, passando a se dedicar mais ao ensino do segundo grau (atual ensino médio) e ao pré-vestibular, devido ao aumento da demanda de ingresso no ensino superior a partir do final dos anos 1970.

Dedicou-se à formação de alunos em cursos pré-vestibulares privados, com destaque para o ensino de história geral no período de 1963 a 2004. Nestes cursos, priorizava um ensino horizontal com conteúdo programático compacto e pontual. As temáticas variavam entre História Geral e História do Brasil. Seu público era de alunos da classe média da zona sul e centro do Rio de Janeiro.

Após o fim da ditadura civil-militar, atuou em cursos comunitários como o Pré-Vestibular Comunitário da Mangueira, da Associação Mangueira de Vestibulares (AMV), em 1999, dando aulas aos sábados devido à grande procura por vagas. As parcerias firmadas com a AMV estavam ligadas aos movimentos políticos, grupos e associações culturais e, fóruns, dentre eles, o Grupo Tortura Nunca Mais, Sem Terra, Crioula, Fórum de Educadores Populares, Fórum de Meio Ambiente do Trabalhador, Fórum de Prés Comunitários. (SÁ, 2010). Lecionou no referido curso por três anos, gratuitamente, para alunos em vulnerabilidade social do colégio Estadual Ernesto Faria na mesma comunidade. No mesmo período, deu aulas para classe média no Colégio Liceu Franco Brasileiro. Lecionou também na Associação de Moradores e Amigos da Vila Pereira da Silva (AMAVPS), localizada em Santa Tereza e Laranjeiras, dando aulas de História do Brasil.

Em bancas de vestibulares, foi convidado para compor a banca da Faculdade Cândido Mendes (1974) e das Faculdades Integradas Bennett (1978-1979). Era recorrente sua participação em entrevistas com outros educadores do país para discutir o ensino médio e seu impacto no vestibular. Era também chamado pela *Folha Dirigida* e por jornais de grande circulação para a elaborar e avaliar as questões de vestibular, e demais jornais de grande circulação. Em entrevista dada ao *Jornal dos Sports* (O FRACASSO..., 1982), os educadores convidados buscam fazer uma análise do impacto do ensino do segundo grau no vestibular na década de 1980. Encerrou suas atividades em pré-vestibulares em 2009.

Dentre as grandes escolas privadas do Rio de Janeiro em que atuou, o Liceu Franco Brasileiro foi onde permaneceu mais tempo, de 1968 a 2012, quando se aposentou, sendo homenageado por seus 40 anos de exercício no magistério em 2008. Naquela instituição atuou na Coordenação da Área de Humanas (2000-2012), no planejamento dos componentes curriculares de história dos segmentos de primeiro e segundo graus e na orientação da equipe de história. Nesse colégio, conheceu Eliana Pimentel Riquet, diretora e professora de Português, que se tornou sua segunda esposa.

Para ele o magistério nunca foi um sacrifício, tendo destacado a importância do seu papel como educador e o impacto desse ofício na vida dos educandos. Aquino relata no depoimento que,

“Os momentos bons da carreira são aqueles em que você tem consciência de que deu uma aula boa e quando você tem consciência de que está procurando fazer o melhor que pode, não ensinar, mas educar. O importante é a formação, onde o aluno tenha consciência política” (FONSECA 1997:164).

Foi autor, coautor, colaborador e organizador de 46 títulos de livros didáticos, paradidáticos e de histórias dos movimentos sociais, futebol e samba. As obras que mais se destacam pertencem a coleções didáticas, entre elas, a coleção *História das Sociedades* (1978 e 2008), lançada para o segundo grau (atual ensino médio), com diversas temáticas de História Geral e História do Brasil, contando posteriormente reedições e revisões. Tornou-se a obra de maior alcance por todo o Brasil e na reedição do mercado editorial.

Fig. 2 - Coleção de livros - História das Sociedades



Fonte: Arquivo pessoal do Rubim Santos Leão de Aquino, Proedes, UFRJ, 2017.

Entre as coletâneas didáticas encontram-se também dois títulos com quatro volumes de livros: *Você é a história* (1994 e 1995), para o público do primeiro grau (atualmente, ensino fundamental I), de 1ª a 4ª séries, com conteúdo de História Geral e do Brasil - volumes 1 e 2, e o *Fazendo História* (1986-1995), para o segundo segmento do primeiro grau (hoje, ensino fundamental II), de 5ª a 8ª séries, com conteúdo sobre História do Brasil, Contemporânea, Americana, e História Geral.

Fig. 3 – Divulgação das capas dos livros: *Fazendo a História* e *Você é a História*



Fonte: Arquivo pessoal Rubim Santos Leão de Aquino – Pasta Colégio Franco Brasileiro, Proedes, UFRJ.

Aquino se autodescrevia como um carioca convicto, flamenguista, mangueirense, socialista. Todas essas características estão presentes nas suas escolhas profissionais e na sua produção intelectual. Faleceu em 2013, aos 83 anos.

A dispersão é estratégia de preservação e acesso?

Foi assim que nos deparamos com nosso objeto de pesquisa, a dispersão de fundos pessoais diante de um estranhamento da presença de conjuntos documentais de um mesmo titular em diferentes instituições custodiadoras de acervos. Ou seja, documentos que, a princípio, teriam uma mesma proveniência e deveriam ser mantidos em um conjunto coeso, de alguma forma, e por alguma(s) razão(ões) aparecem dispersos e desvinculados, comprometendo-se sua relação orgânica (COSTA, 2019:11-12).

No estudo sobre a constituição dos arquivos pessoais, temática recorrente na Arquivologia contemporânea, pesquisadores das ciências humanas e sociais, cada vez mais interessados em compreender os sujeitos e seus contextos culturais, sociais e históricos, têm se debruçado sobre a formação desses fundos arquivísticos depositados em instituições de memória. Investigar a constituição do arquivo, seus documentos e os produtores é essencial para se inferir sobre o sujeito em seu contexto social e histórico, bem como para se definirem metodologias de tratamento documental.

O fenômeno da dispersão em arquivos de pessoas

A dispersão está dentro de um contexto da história custodial dos arquivos que pressupõe entender como este fenômeno ocorre e quais escolhas e motivos que levam a ele. E, sobretudo no campo da Arquivologia, quais são as interferências ocasionadas no que diz respeito aos princípios arquivísticos que baseiam sua análise no que chamamos de fundo documental.

Para entender como se dá o processo da dispersão em arquivos, fenômeno este tão presente nos arquivos públicos e privados, é necessário buscar uma definição conceitual considerando a literatura nacional e internacional, nas quais a terminologia da dispersão apresenta uma ampla definição, que pode ser entendida por diversas formas e aplicabilidades. Os profissionais da área podem utilizar o termo como fragmentação de partes, desmembramento, esquarteramento, perda, desvio e deslocamento. Os conceitos podem variar de acordo com as características de seleção e de deslocamentos.

Analisar o fenômeno implica refletir alguns preceitos teóricos básicos da área que caracteriza a dispersão como uma ação contraditória nos arquivos. Entender a formação desses fundos arquivísticos e sua relação com os princípios da proveniência e a da organicidade são reflexões que Belloto (2014) pondera em seus estudos. O fundo arquivístico é uma unidade indivisível de documentos acumulados por uma entidade de forma natural, automática e orgânica. Esse acúmulo é oriundo da reunião de documentos produzidos, recebidos por uma instituição ou pessoa, que identificam e caracterizam as atividades de vida. Esses conjuntos possuem como característica uma valoração probatória, servindo como prova ou testemunho de certos eventos.

Tendo como ponto de partida a constituição do fundo arquivístico e suas especificidades sob a égide dos princípios de proveniência, organicidade e indivisibilidade, a autora chama atenção para o fenômeno da dispersão de fundos e a confusão com a relação conceitual de “cessão documental”. Segundo a autora, quando um fundo é deslocado em um processo de sucessão arquivística de uma instituição para outra, como meio de dar continuidade

administrativa, não se caracterizaria a dispersão, mas “a cessão” (2014:88). A dispersão acontece quando documentos isolados ou dossiês são retirados do seu conjunto, por razões diversas, como para facilitar o acesso, por seu uso indevido ou por má gestão da documentação. Para melhor averiguar os porquês da dispersão em arquivos, ela cita algumas situações, tais como sequestro e confisco em caso de guerras ou conflitos armados; apropriação indevida em caso de separação territorial; determinações por questões políticas e legais de acordo com a época. Para que a questão da dispersão de fundos seja sanada, o melhor caminho seria a reintegração do conjunto, além de prever nas políticas arquivísticas um tópico que trate a dispersão e a reintegração desses documentos aos arquivos (BELLOTO, 2014).

Na percepção da autora, contudo, o arquivista não deve se orientar pelas tecnologias da informação e reinterpretar o princípio da proveniência transpondo a ordem física para ordem intelectual. A autora justifica sua abordagem considerando que a concepção do documento de arquivo vai além do suporte e do seu conteúdo. Deve-se, muito menos, pensar a dispersão como “base no melhor tratamento técnico, de melhores instalações físicas e de melhor atendimento ao serviço dos historiadores”. Ela entende que para os documentos arquivísticos considerados como bem cultural e parte do patrimônio de determinada cultura, existem direitos garantidos a que refere como “integridade física do acervo” (BELLOTO, 2014:91-92).

Mariana Costa, arquivista e pesquisadora, discute o tema em sua dissertação de mestrado em que buscou investigar e analisar a terminologia de dispersão na área, partindo do princípio da proveniência. A partir dos dicionários e de bases de dados presentes na literatura nacional e internacional de arquivos, buscando conceitos entre “fragmentação” ou “separação”, ela identificou a ausência do termo. Em seu levantamento, a conceituação encontrada em verbetes de dicionários especializados eram “arquivos deslocados”, “arquivos capturados”, “arquivos removidos”, “arquivos exilados” e “arquivos fugitivos” (COSTA, 2019:18). Entre os termos levantados, o que talvez mais se aproxime do conceito de dispersão é o de “arquivos deslocados”, que fazem inferência a distribuições de conjuntos de documentos promovidos por situações de disputas territoriais, conflitos e legitimidades (LOWRY *apud* COSTA, 2019:38). A autora dá destaque à necessidade de diferenciar os dois conceitos mais próximos da realidade nacional. O de “arquivos deslocados” indica a remoção de um arquivo de lugar, sem sofrer a separação de suas partes ao ser removido para outro local de custódia. Segundo a autora:

É importante, portanto, diferenciarmos o termo deslocamento de arquivos do termo dispersão de fundos (arquivos), objeto deste estudo. O deslocamento está mais ligado à remoção de um arquivo, do lugar originalmente acumulado para outro, por diversas razões. Deslocamentos podem promover dispersões, mas não necessariamente. Um arquivo pode ser deslocado de um país para outro de forma integral. No entanto, como essas remoções, geralmente, acontecem em ambientes de conflitos, não há qualquer garantia. O arquivo pode ser fragmentado durante o deslocamento, ou seja, partes podem se perder, ser eliminadas ou dispersas, podendo ou não ser incorporadas a outros acervos (COSTA, 2019:42).

Sendo assim, a autora opta por utilizar em sua pesquisa a definição de dispersão como “um processo de fragmentação e desmembramento”. Essa definição está condicionada “à

vontade dos doadores, e suas escolhas, que podem apontar e revelar estratégias [de doação] mais ou menos conscientes” (COSTA, 2019:44). Ela define a dispersão em arquivos pessoais como um processo de desmembramento do conjunto documental original a diversas instituições custodiadoras de acervos, podendo receber tratamento diferenciado pelas entidades que receberam as partes, dadas as suas especificidades, como coleção, acervo ou fundo/arquivo.

Considerando que os arquivos pessoais apresentam peculiaridades, cada fundo arquivístico pressupõe uma história arquivística diferente em termos de negociação entre produtores, custodiadores e as instituições. Surgem, então, algumas indagações: a dispersão pode ser utilizada nesse cenário como uma estratégia de preservação e acesso? Se considerada como estratégia, os doadores teriam como formular os critérios da dispersão? A dispersão poderia ter outras intenções que não ser estratégia de preservação e acesso?

A partir da realidade presente nos arquivos pessoais, Mariana Costa destaca que a dispersão como estratégia não é uma condição formulada explicitamente, mas é concebida pela construção que se dá entre escolhas, decisões e relações entre quem doa e quem recebe a doação. Diante do exposto, esse fenômeno está engendrado por questões que envolvem duetos entre “decisões e disputas”, “expectativas e desejos” e “pessoas e instituições”, processo este que se dá em diferentes aspectos da história custodial desses arquivos (COSTA, 2019:117-118).

No tópico que trata sobre a integridade do fundo arquivístico pessoal, Ducrot (1998) destaca o processo de dispersão por parte dos proprietários ao depositarem seus documentos em instituições de custódia, citando três situações comuns: a divisão do arquivo em vários locais de guarda segundo as trajetórias pessoais e profissionais; entrega de remessas fracionadas a uma mesma instituição; entrega apenas de documentos considerados passíveis de serem publicizados. Já os documentos simbólicos ou afetivos, ou seja, de foro íntimo, são mantidos pelo titular/família/custodiador, e, muitas vezes, nem mesmo são mencionados quando aqueles que mantêm os documentos são consultados sobre a constituição desses acervos. Na visão da autora, “o princípio da proveniência deve ser o eixo que norteia os arquivos contemporâneos” e mesmo diante de situações encontradas na recepção destes conjuntos documentais, as instituições devem pensar na totalidade do arquivo (DUCROT, 1998:155-156).

Nas análises sobre a institucionalização de arquivos pessoais e sua seleção, os pesquisadores Bizello e Duarte (2021) constataram que, nos locais de preservação documental, o recolhimento integral do acervo é impossibilitado antes mesmo que a instituição se interesse pelo fundo arquivístico. A atividade de seleção documental do que será recebido pelas entidades é realizada pela família ou pelos doadores. Nesse caso, muitas vezes as instituições custodiadoras, acionando seus critérios de escolha, podem optar por não receber a documentação previamente selecionada, ou mesmo por escolher as frações dos conjuntos documentais a serem recolhidos em detrimento das outras partes.

Nesse sentido, poderemos inferir que *seleção* é a palavra-chave tanto com relação a quem recebe como com relação a quem doa. Seleção é um agente motivador da dispersão. Por outro lado, existem outros aspectos de dispersão que ocorrem antes da institucionalização dos arquivos, como em um processo natural. Silva (2017) sinaliza alguns eixos que demonstram a decisão do produtor do arquivo: a liberdade de o produtor escolher entre o que produz e o que acumula em seus arquivos, bem como os locais por onde as dispersões

ocorrerão. As questões que a pesquisadora aponta estão no contexto de produção e acumulação de documentos relacionados à vida pessoal, profissional, cultural e social. São documentos da vida privada, produzidos e/ou recebidos em seu local de trabalho e relacionados aos seus afazeres domésticos, que são esquecidos ou deixados no ambiente de trabalho. Já os documentos oriundos das atividades profissionais, são levados para casa com a finalidade de cumprir as atividades laborais e muitas vezes são esquecidos em gavetas, estantes, *notebooks*, HDs e computadores. Nessa abordagem, para além da discussão da intercessão entre os limites de produção documental entre o público e o privado, a dispersão também é comum de ocorrer. Nem sempre os documentos devolvidos aos seus devidos proprietários se misturam nas dimensões entre o público e privado. Segundo Silva, esses registros referentes aos “aspectos da vida cotidiana” possuem grande potencial de pesquisa quando o arquivo passa das mãos dos custodiadores para a instituição (SILVA, 2017:10).

Nas pesquisas de Campello (2015), a dispersão ocorrida em arquivos pessoais é demonstrada como uma realidade mundial e em diversos lugares de memórias. A autora justifica a impossibilidade de custodiar todos os documentos físicos de um indivíduo em um único local, ainda que isso seja contrário ao princípio da indivisibilidade (termo usado por Rousseau e Couture (1998) para definir o princípio da proveniência), sem comprometer os elos que unem os documentos. Demonstra, contudo, que é possível reconstituir a integridade do fundo documental de forma intelectual sem a necessidade de agregar fisicamente os documentos em um único lugar. A condição ideal é que não haja desvios ou perdas de documentação. Diante da complexidade apresentada, o melhor caminho encontrado pela autora para possibilitar um tratamento arquivístico foi a abordagem contextual e funcional.

Na perspectiva de reinterpretar o princípio arquivístico da proveniência, Cook (2018) ressalta os trabalhos de Peter Scott, McKemmish, Piggott e Hulley, grupo de pesquisadores australianos que destacam a releitura da proveniência focalizando os estudos na descrição arquivística. O objetivo de Scott era inter-relacionar os documentos e seus produtores imediatos. Sendo assim, os estatutos do suporte físico do documento não têm muita relevância se comparados com os múltiplos relacionamentos de produção e utilização (universo pós-custodial) diante do progresso da tecnologia. Considerando essa realidade, Cook (2018) defende em seu texto a Arquivística pós-custodial, pela qual o fundo arquivístico refletirá a função e atividade do produtor baseando-se no contexto documental, que ressaltará o ato de produzir e a intencionalidade do produtor. Esse processo de mudança implica abandonar o modelo de documento físico para adotar o modelo conceitual, da materialidade para intelectualidade. Pressupõe foco no contexto, no propósito, na finalidade, nas inter-relações, na transparência documental e no produtor.

Sobre questões da intencionalidade dos usos e da dispersão operada nos arquivos, Borges (2021) destaca também o mesmo conceito de contexto sócio-histórico, considerando ser esse o melhor caminho para determinar o sujeito, o objeto e os contextos externos.

Em meados do século XX, os arquivistas abriram fronteiras para repensar o conceito relativo à distinção metodológica entre os documentos físicos e o arranjo intelectual a partir da aplicação de novas tecnologias, descrevendo os documentos em uma rede de relações. Para dar “conta das novas demandas de informação” e da “ênfase no contexto sócio-histórico”, é preciso encontrar novas formas de explicar aos pesquisadores desse arquivos

qual foi o percurso que esses documentos fizeram até chegar em suas mãos (DOUGLAS, 2016: 68).

De acordo com o ponto de vista de Douglas, a discussão sobre as intervenções ocasionadas por detentores e produtores dos arquivos acumulados e preservados por terceiros não é um caminho simples de identificar. Diante dos preceitos da proveniência e o respeito à ordem original, as intervenções realizadas posteriormente pelos curadores e agentes de custódia dificultam a forma da análise dos documentos pelo usuário do arquivo, devido à falta de registro das interferências ocorridas. Devido a essa questão, torna-se um desafio entender qual a ordem deixada pelo produtor do arquivo. Savoja *et al.* (*apud* DOUGLAS, 2016:67) discutem justamente a problemática das relações de guarda, sugerindo, inclusive, que as intervenções sejam referenciadas juntamente com as motivações e escolhas metodológicas das partes envolvidas (produtor, detentores e agentes).

Os atores envolvidos e os critérios de seleção no arquivo Rubim Santos Leão de Aquino (RSLA)

Compreender quais foram e quem são os atores que motivaram a dispersão do acervo pessoal do Professor Rubim Santos de Aquino é uma questão imprescindível para obter elementos de constituição do seu arquivo. É imperativo elucidar os atores sociais desse percurso, as motivações que levaram o produtor/custodiador a fragmentar o seu acervo e sua relação com eles. Quais foram os caminhos percorridos no critério de seleção das entidades custodadoras?

Com o objetivo de reconstituir a história arquivística deste fundo, a pesquisadora do Proedes, Libania Xavier, realizou entrevistas com as filhas Estela (2017) e Lígia Aquino (2018), e também com Vera Lúcia Coeli (2018), bibliotecária e amiga da família. Posteriormente foram feitas, pelas autoras deste artigo, entrevistas complementares com a neta, Marina Aquino (2020) e com os pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, Américo Freire e Regina da Luz (2022).

Os Atores sociais

A Família

Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino é a filha mais velha de Aquino, médica, professora titular aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e epidemiologista da Fiocruz/Bahia. É a representante, juntamente com sua irmã Lígia, na reorganização do acervo do Professor Aquino e na interlocução e negociação da doação dos documentos preservados no apartamento do titular. Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino é a filha do meio de Aquino, pedagoga, doutora em educação, Professora Associada da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Marina Aquino e Ana Júlia são netas do Aquino e filhas de Estela. Tiveram participação na reorganização de parte do arquivo, ficando responsáveis pela parte dos documentos íntimos da família.

Documentalista

Vera Lúcia Medina Coeli, amiga da família, é documentalista, historiadora, professora e bibliotecária. Participou da reorganização do arquivo e é considerada peça-chave na negociação entre as instituições e os doadores. O papel de Vera Lúcia foi de mapear os documentos, dar destino ao acervo e registrar a saída da documentação, que foi interinamente por doação.

Os critérios de seleção da família

No processo de destinação dos documentos pelos familiares às instituições custodiadoras de acervos, observamos, nos relatos das depoentes, a existência anterior do desejo expresso do titular do arquivo em partilhar sua biblioteca particular, destinando-a a um membro da família e, na ausência desse sujeito, a instituições com as quais ele tivesse um relacionamento direto. Posteriormente a esse desejo e na recusa dessa partilha, caberia à família decidir o que fazer com a documentação volumosa, então caracterizada como arquivo, acumulada dentro de um apartamento. Supomos que a grande motivação da doação do arquivo Rubim Aquino era o esvaziamento do apartamento, mas também a preocupação em dar um destino à documentação condizente com as vivências profissionais e pessoais do professor. Logo, a herança documental de acordo com relatos da família ficou assim compreendida:

1. Doar o seu acervo bibliográfico para o(a) neto(a) que fizesse curso de História;
2. Doar para a biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFICS/UFRJ), local onde o Prof. Aquino obteve a sua formação acadêmica como professor do ensino básico;
3. Doar para o Colégio Franco Brasileiro, onde trabalhou durante 40 anos.

No atendimento ao desejo expresso, a neta Marina Aquino (filha de Estela) estava, na ocasião, cursando o primeiro semestre de História e aceitou herdar parte da biblioteca, selecionando os livros de seu interesse e abrindo a possibilidade de seus primos e primas também poderem receber os itens que lhes interessassem. Marina expressou interesse também em ficar com a biblioteca que havia sido herdada pelo titular de seu avô. De acordo com o volume expressivo de livros e um recorte bem reduzido da seleção ocasionada, restou ainda um volume bastante significativo a ser doado. Sendo assim, na lista sucessória de doação de seu patrimônio bibliográfico, estariam as indicações de duas instituições a serem contactadas.

Os critérios de seleção da neta foram demarcados por sua recente trajetória de formação e pela afetividade. Destacamos, a partir da entrevista, as escolhas:

- a) livros sobre história da escravidão, ditadura, história das Américas;
- b) livros do século XIX doados pelo bisavô sobre escravidão além de livros de valores afetivos e simbólicos;
- c) livros clássicos de predileção de Aquino dos autores Clovis Moura, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado, datados do período entre 1930 e 1940.

No que tange ao IFCS/UFRJ, foi pensada a possibilidade de depositar o acervo bibliográfico na Biblioteca Marina São Paulo Vasconcelos, onde também estão depositados o acervo da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Dada a falta de infraestrutura e de profissionais para o tratamento documental, essa solicitação foi recusada.

E por fim, ao Colégio Liceu Franco-Brasileiro, naquele momento, foi desconsiderada a possibilidade de envio da documentação, não sendo justificado o motivo.

Descartada as possibilidades do titular, a família teve como critérios de escolha para doação:

1. esvaziar o apartamento para que fosse utilizado para outros fins;
2. divulgar a memória do titular e sua trajetória de vida;
3. disseminar sua produção intelectual.

A condicionante para doação às instituições foi que o acervo fosse preservado, tratado e disponibilizado para acesso ao público. Essa seria a contrapartida da entrega da documentação, eixo que move a nossa questão central de pesquisa.

A família considerou optar pela escolha de uma instituição que não estava prevista: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), motivada pelo fato de que o Professor Aquino havia sido depoente do Programa de História Oral, tendo concedido entrevista aos pesquisadores Américo Freire e Ângela de Castro Gomes, gerando como produto um artigo na *Revista Estudos Históricos*, de 2008.

Novos personagens em cena

Nas entrevistas concedidas a esta pesquisa, o pesquisador Américo Freire e Regina Moreira Luz, ex-Coordenadora do Departamento de Documentação, revelaram seu interesse pelo arquivo do Professor Aquino. Ambos foram seus alunos em cursos pré-vestibulares e o interesse deles recai no reconhecimento da contribuição de sua produção intelectual para a história política do seu tempo.

A abertura para negociação do destino da documentação se deu pela relevância institucional do CPDOC, centro de documentação com linhas de acervos de arquivos privados de personalidades da política brasileira. Américo Freire e Regina Luz comentam que a abertura de novas demandas sociais e de pesquisa propiciou a formação de uma nova linha de acervos na instituição, a de cientistas sociais.

De acordo com os relatos de Regina Luz (2022), a proposta do CPDOC, diante das diretrizes da política de aquisição de acervos², era a de recolher todos os documentos do arquivo em questão. Contudo, o recolhimento não ocorreu, segundo Estela, pelas mudanças no rumo da instituição, o que inviabilizou o destino para o centro em questão. De acordo com Freire e Regina Luz, no entanto, entre os motivos que levaram à recusa do recolhimento do acervo

² Sobre a política de acervos do CPDOC, ver: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/arquivos/2021-06/politica_de_acervo_da_escola_de_ciencias_sociais_da_fundacao_getulio_vargas.pdf.

pelo CPDOC está a fragmentação ocorrida anteriormente à negociação, quando a neta selecionou a parte que seria sua herança. Luz comenta que não viu sentido em levar apenas uma parte do acervo. Além disso, naquele momento não tinham condições de manter a parte da documentação audiovisual. Considerando a integridade do conjunto, também não havia como sugerir outras opções de instituições mantenedoras de arquivos pessoais. No entendimento da ex-coordenadora, a recusa do CPDOC foi o fator que propiciou a dispersão do acervo. Diante disso família considerou que a recusa tornou-se um benefício para que outras instituições captassem o acervo, mesmo que o fragmentando ainda mais. Essa seria uma estratégia de difusão do conhecimento de Aquino. Dessa forma, percebe-se que as instituições podem recusar as demandas da sociedade em depositar seus arquivos em espaços de legitimação e representação de memórias, e que os critérios de escolha influenciam nas estratégias de preservação e acesso.

Estratégias da dispersão

“A dispersão revelou-se a única maneira de preservar o acervo. Como sou bibliotecária, sei pela experiência, que as bibliotecas, no caso, estão, em 90% dos casos, com limitação de espaço para novas aquisições” (Trecho da entrevista concedida por Vera Coeli em 2022).

No percurso de escolha das instituições, houve muitas dificuldades e recusas em receber o arquivo. A família optou por estabelecer um planejamento de destinação da documentação para lugares onde pudesse receber tratamento técnico e estivesse acessível para o público.

Desta forma, adotaram os seguintes eixos norteadores:

1. doação do restante da documentação bibliográfica, audiovisual e musical, e uma pequena amostra de documentação textual a instituições dispostas a receberem apenas parcelas dos documentos;
2. as relações sociais e afetivas com os espaços de doação;
3. o recorte temático dos conjuntos por perfil institucional;
4. instâncias de consagração desse tipo de material –bibliotecas e centro de documentação.

Mapeamento das entidades custodiadoras

O critério de escolha das instituições está intimamente ligado às relações estabelecidas pelos interesses de Aquino e à forma como ele produziu e acumulou seu arquivo. Entre os critérios, estão áreas de conhecimento, instâncias jurídicas de preservação de acervos, locais de memória e critérios metodológicos, conforme listado abaixo:

1. áreas de conhecimento: cultura, educação, esporte, patrimônio;
2. instâncias jurídicas: pública, privada e sociedade civil representada, desde que permitissem o acesso ao público;

3. locais de memória: bibliotecas e centros de documentação e pesquisa e centro cultural;
4. critério metodológico: recorte temático.

Nem sempre as instituições de memória estão abertas a receber a documentação pessoal. Em geral, existe a prerrogativa da relação entre a linha de acervo e a documentação a ser recebida, além de questões como valor a ela atribuído e perfil dos usuários. Algumas, mesmo quando interessadas em receber a documentação, não possuem infraestrutura para preservá-la. Por isso, a dificuldade encontrada pela família de Aquino ao adotar as estratégias e pensar em fatiar a documentação por recortes tematizados e escolher instituições que tivessem relações sociais para tal.

A escolha da biblioteca e do centro de documentação como espaços de prestação de serviço à sociedade foram recursos encontrados pela família para pensar no destino da documentação e na preservação dos materiais (impressos, audiovisuais, fonográficos e imagéticos). Mesmo entendendo que as bibliotecas estejam receptivas à captação de material bibliográfico, houve uma grande tensão no processo de doação.

As relações sociais e afetivas com esses espaços foram a mola propulsora para desencadear as parcelas doadas. As redes de sociabilidade e os itinerários de vida do Prof. Aquino demonstram as conexões entre cultura, educação, esporte, lazer e patrimônio documental, seja no âmbito público, seja no privado. Demonstram ainda a conexão nas relações com as comunidades populares e a sociedade civil, nas quais encontrou terreno fértil para difusão de seu conhecimento.

Averiguamos que os recortes temáticos utilizados como critério de dispersão estiveram presentes ao longo da produção e da acumulação no arquivo do Prof. Aquino, favorecendo a estratégia da família em pulverizar a documentação. Entendemos que seja imprescindível identificar os locais de doação do arquivo, bem como suas atividades, relações com o titular e as seleções.

Identificando as instituições custodiadoras

Tomamos como ponto de partida da identificação das entidades custodiadoras a lista de doações e a descrição dos itens doados, das quais constam as instituições, o gênero documental e o recorte temático enviado para cada uma delas. Esse fato ocorreu, segundo Vera Lúcia devido à grande dificuldade em doar as coleções bibliográficas e aos interesses das bibliotecas em obter novos títulos, tomando como estratégia o critério por recortes tematizados.

O quadro abaixo demonstra que as escolhas das instituições estão relacionadas diretamente com os assuntos de interesse do produtor nas áreas que refletem a sua jornada de vida: educação, cultura, patrimônio e esporte.

Quadro 1. - DISPERSÃO DO ACERVO – LOCAIS DE CUSTÓDIA E ASSUNTOS

LOCAIS DE CUSTÓDIA	ASSUNTOS
PUC-RIO/DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	AMÉRICA LATINA
UFRB – RECÔNCAVO BAIANO – CCH	AMÉRICA LATINA, CUBA E CHE GUEVARA, DENTRE OUTROS ASSUNTOS
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	BRASIL IMPÉRIO
MUSEU DA REPÚBLICA	BRASIL REPÚBLICA
BIBLIOTECA DE SÃO GONÇALO	CINEMA, LITERATURA DE FICÇÃO, OBRAS DE REFERÊNCIA
MUSEU DE ARTE MODERNA – CINEMATECA	CINEMA
SOS BIBLIOTECAS	CINEMA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DITADURA MILITAR NO BRASIL; ATUAÇÃO NO COMITÊ PRÓ-ANISTIA, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS
UFRJ – CFCH – FE – PROEDES	EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MOVIMENTOS POPULARES, CULTURA, MILITÂNCIA, PRODUÇÃO LITERÁRIA
COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO	ESPORTE OLÍMPICO
INSTITUTO CRAVO ALBIN	MÚSICA POPULAR BRASILEIRA
BIBLIOTECA PARQUE DA PRAÇA DA REPÚBLICA	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
LICEU FRANCO BRASILEIRO	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Fonte: Dados da lista de doação, 2017. Elaborado pelas autoras.

A maior parte da documentação arquivística encontra-se ainda com a família, como apontaremos no quadro abaixo:

Quadro 2 - Documentação sob a custódia da família

Local de custódia	Assuntos
Família	PESSOAIS, CURSOS E PALESTRAS, HOMENAGENS, PROGRAMA FAIXA LIVRE – RÁDIO, PESQUISA OPERAÇÃO CONDOR, ESPECIAL ROSA CARDEAL, PUBLICAÇÕES – EDITORAS.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Cartografia da Dispersão do Arquivo RSLA

Nesta pesquisa, optamos por seguir uma definição proposta por Prado Junior e Teti (2013), que utilizam a cartografia social em uma metodologia utilizada no campo das Ciências Sociais e Humanas. Segundo esses autores, a cartografia social tem a finalidade de estabelecer a estratégia de análise crítica e ação política, um olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias e a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. Será aqui utilizada para compreender se a dispersão é porta de acesso à documentação de Rubim Aquino nas diversas instituições, além de apresentar o panorama geral da dispersão do arquivo do professor.

Técnicas de coleta de dados adotada

Estabelecemos, nesta pesquisa, quatro tipos de fontes de informação para a coleta de dados: as entrevistas com Vera Lúcia e Estela Aquino, as listagens de doação elaboradas por Vera, as cartas de agradecimento e termos de doação das instituições receptoras, e por fim a aplicação do questionário no formato online.

Priorizamos um questionário em formato de formulário semiestruturado, com a finalidade de obter o mapeamento das entidades custodiadoras, tendo como descritores: dados institucionais e pessoais, dados dos documentos, política de aquisição e incorporação do acervo, tratamento técnico e disponibilização. O questionário foi aplicado no formato remoto e encaminhando por e-mail para doze instituições. Os contatos dos *e-mails* foram cedidos pela organizadora e atualizados de acordo com o andamento da pesquisa.

Resultados alcançados no questionário

No total, quatro instituições responderam à pesquisa via formulário *online*. Foram elas: Aperj, PUC-Rio, UFRJ e UFRB. O Comitê Olímpico Brasileiro e a Biblioteca de São Gonçalo, responderam por *e-mail* direto, sendo que ambos manifestaram ausência de dados. Liceu Franco-Brasileiro (LFB), Museu de Arte Moderna (MAM) e Biblioteca Parque da Praça da República (BiblioParq) indicaram também por *e-mail*, a possibilidade de terem recebido a documentação e informando que fariam a pesquisa em suas bases de dados e encaminhariam a resposta. Das três instituições citadas o LFB não se manifestou; o MAM acusou a entrega, mas apresentou dados incipientes; e a BiblioParq fez diversas buscas em

sua base de dados, não encontrando registro de entrada, mas afirmando ter identificado no cadastro vinte e cinco obras didáticas e paradidáticas de autoria do Prof. Aquino.

As demais instituições não responderam às nossas demandas de informação para a pesquisa, como foi o caso do Museu Histórico Nacional, do Museu da República e do Instituto Cultural Cravo Albin, mesmo utilizando outros canais de atendimento, como redes sociais Instagram e Facebook, fale conosco e *e-mail* da comunicação institucional.

Observamos com apuração destes dados, que não ter o acesso as informações já caracteriza uma falha ao pensar a dispersão como estratégia de acesso.

Sistematização da cartografia do acervo

Entre os descritores utilizados para sistematizar a cartografia estão: data de doação/retenção, locais de custódia e tipologias dos espaços, documentos doados, assuntos ou temas abordados, dimensão, tratamento documental e se houve difusão, ou seja, se estão acessíveis para consulta.

Após apresentação da cartografia (Quadro 3), serão indicadas as análises dos dados a partir dos critérios de seleção e destinação utilizados pela família e sua organizadora.

Quadro 3 – Cartografia da dispersão do Arquivo Professor Rubim Aquino

DATA DOAÇÃO / RETENÇÃO	LOCAIS DE CUSTÓDIA / TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS	DOCUMENTOS DOADOS	ASSUNTOS / TEMAS	DIMENSÃO	TRATAMENTO DOCUMENTAL	DIFUSÃO
2015/01/26	MUSEU DE ARTE MODERNA – CINEMATECA (Centro de Documentação e Pesquisa)	Livros, Filmes, fascículos (coleção)	Cinema, Televisão e Rádio	Total – 127 itens Bibliográficos – 85 Documentos textuais e impressos – s/dados Filmográficos – 72 itens	Coleção geral Não obtivemos dados exatos Em fase de tratamento do material filmográfico no setor de conservação Os livros foram inseridos na base de dados da Cinemateca	Indisponível para consulta
2015/02/20	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BIBLIOTECA MUNICIPAL GENELBADO ROSA - SÃO GONÇALO (Biblioteca escolar)	Filmes, livros de ficção, dicionários e enciclopédia	Cinema, Literatura de Ficção, Obras de referência	Bibliográficos – 6 caixas Filmográficos – 29 caixas	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
2015/03/20	COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO / BIBLIOTECA DO COB (Biblioteca especializada)	Livros	História do esporte olímpico	Bibliográficos - 3	Coleção geral Descrição bibliográfica no formato MARC21 de acordo com AACR2	Terminal - SophiA Biblioteca Web (cob.org.br)
2015/05/29	INSTITUTO CRAVO ALBIN / Centro de Memória do patrimônio cultural (Centro de Memória)	Livros e encadernações	Música popular brasileira	Bibliográficos – 6 caixas Encadernações – 2 itens	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
2015/09/28	SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA / BIBLIOTECA PARQUE DA PRAÇA DA REPÚBLICA (Biblioteca especializada)	Livros, revistas e filmes	Segunda Guerra Mundial, Futebol	Total – 900 itens (entre bibliográficos e filmográficos)	Coleção especial - Guanabarina Alguns livros foram repassados as bibliotecas da Rede	https://visit.rio/que_fazer/8678/ Constam na base 25 títulos dos livros didáticos e paradidáticos em autoria de Aquino

DATA DOAÇÃO / RETENÇÃO	LOCAIS DE CUSTÓDIA / TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS	DOCUMENTOS DOADOS	ASSUNTOS / TEMAS	DIMENSÃO	TRATAMENTO DOCUMENTAL	DIFUSÃO
2016/02/17	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – BIBLIOTECA MHN (Biblioteca Especializada)	Livros	Brasil Colônia /Império	Total – 52 itens Bibliográficos - 52	Coleção Geral	Indisponível para consulta
2016/03/29	SECRETÁRIA DE ESTADO DA CASA CIVIL / ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Biblioteca Aperj (Biblioteca especializada)	Livros, manuscritos, periódicos, panfletos, encadernações, trabalhos acadêmicos, filmes, cartazes	Ditadura Militar do Brasil; Atuação no Comitê Pró-Anistia, Grupo Tortura Nunca Mais, Operação Condor, Guerrilha do Araguaia	Total – 562 itens Bibliográficos – 404 Filmográficos – 56 Documentos textuais – 60 itens Encadernações – 42 Planfletos e impressos -02	Coleção especial Descrição bibliográfica no formato MARC21 de acordo com AACR2	http://200.222.27.137/Bibliv5/?action=search_bibliographic#query=Rubim+aquino&material=all Atendimento presencial com agendamento
2016/05/04	PUC-RIO / DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA (Biblioteca Universitária)	Livros e documentos diversos	História da América Latina	Total – 470 itens Bibliográficos – 426 itens Documentos textuais – 44 itens	Coleção especial Os títulos foram catalogados, indexados e classificados pelo sistema Dewey e organizados por ordem de classificação	DBD PUC RIO (puc-rio.br) Disponível para consulta somente presencial com agendamento pelos canais de atendimento
2017/04/01	UFRJ – CFCH – FE – PROEDES (Centro de Documentação)	Documentos manuscritos, textuais e impressos, ilustrações, recortes de jornais e revistas e também livros autorais e coautorais, didáticos e paradidáticos. Livros de interesse geral, manuais, periódicos,	História Antiga, Geral, Social, Política, Américas, Ensino de História, Educação	Total – 1710 itens Textual - 992 Bibliográfico -363 Iconográfico - 355	Abordagem arquivística com contexto funcional, inclui-se todas tipologias e gêneros documentais	Em construção

A DISPERSÃO DE ARQUIVOS DE PESSOAS COMO ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO

DATA DOAÇÃO / RETENÇÃO	LOCAIS DE CUSTÓDIA / TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS	DOCUMENTOS DOADOS	ASSUNTOS / TEMAS	DIMENSÃO	TRATAMENTO DOCUMENTAL	DIFUSÃO
		obras de referência, fascículos, compêndios				
2018	COLÉGIO LICEU FRANCO BRASILEIRO – Biblioteca (Biblioteca Escolar)	Livros e filmes	Segunda Guerra Mundial e outros assuntos	Total – 510 itens Bibliográficos – 346 Filmográficos - 202	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
2018	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - MUSEU DA REPÚBLICA – BIBLIOTECA MR (Biblioteca Especializada)	Livros, periódicos, Catálogos, Fascículos, Filmes.	Brasil República	Total – 665 itens Bibliográficos – 575	Não obtivemos dados	Indisponível para consulta
2018	UFRB – RECÔNCAVO BAIANO – CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS -Biblioteca Universitária de Cachoeira (Biblioteca Universitária)	Livros e filmes	América Latina, Cuba e Che Guevara	Total – 37 caixas Bibliográficos – 35 caixas – s/ itens Filmográficos – 2 caixas – 87 itens	Não obtivemos dados	Consulta a base - UFRB Disponível somente presencial Requerimento por <i>e-mail</i>

Fonte: Dados consolidados da pesquisa (2022).

Análise e interpretação dos dados cartográficos

Diante das possibilidades, a dispersão caracterizou uma estratégia de preservação e acesso, dados os interesses e critérios condicionados pelo recolhimento às instituições, quando possível o recebimento. Averiguamos que o tratamento documental se deu no âmbito das bibliotecas como coleções gerais ou especiais, estas últimas se aproximando do que consideramos nos arquivos como fundos provenientes de uma pessoa. No âmbito dos centros de documentação e cultura, a abordagem foi arquivística, inclusive para a parte com gêneros bibliográfico e filmográfico. Notamos, ainda, ausência de dados de tratamento, o que prejudica a questão da difusão, uma vez que inviabiliza o acesso.

No tempo em que estivemos isolados em nossos ambientes domésticos por causa da pandemia, a pesquisa pelas redes foi um facilitador na busca de informações disponíveis, mas, por outro lado, a ausência de informações por meio de instrumentos de pesquisa eficazes em plataformas digitais ou orientações acerca do tema não nos garantiu melhores dados para a coleta.

Percebemos que o fenômeno da dispersão ocorrido nos arquivos pessoais, em especial no estudo deste caso, não atendeu ao critério de preservação e acesso nas instituições, visto que em um universo de doze instituições, aproximadamente três entidades disponibilizaram as consultas à sua parcela documental. Um outro dado importante é que a maioria desconhece que outras instâncias possuem parte do acervo e acabam por considerar as partes como um acervo único dentro do contexto institucional.

Observamos também que o tratamento técnico depende do contexto em que se insere a documentação, dos materiais depositados e dos critérios de aplicação dos métodos específicos de cada área, como no caso, nas áreas de informação, como a Biblioteconomia e a Arquivologia.

Considerações finais

Será que teremos que repensar novos mecanismos para conectar as partes de arquivos dispersos em diversos lugares a fim de estarem acessíveis ao público em plataformas digitais?

Cabe aos profissionais da informação atender a um público cada vez mais amplo e variado cumprindo a função social a qual a profissão exige. Sendo assim, ter as informações conectadas por elos que unam essa documentação em seu contexto histórico é de extrema relevância para promover a difusão dos arquivos em sua integralidade, respeitando-os como arquivos de pessoas.

Esperamos que esta pesquisa possa elucidar as entidades custodidoras a captarem acervos, sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos, registrando a incorporação desses documentos na instituição, que se constituirão como fontes de pesquisa para o cidadão. As informações serão primordiais para a história custodial desse arquivo, independentemente dos contextos em que estão inseridos, seja em uma biblioteca, museu, arquivo ou centro de memória e documentação.

Referências bibliográficas

AQUINO, R. S. L.

2010 Entrevista concedida a Mário Lúcio de Paula e Patrick Granja. *Revista A Nova Democracia*. 9:66 (jun.2010). [Consult. 22.out.2021].

AQUINO, R. S. L.

2008 Entrevista concedida a Angela de Castro Gomes e Américo Freire. *Revista Estudos Históricos*. 21:41 (jan./jun. 2008) 95-112.

BELLOTO, H. L.

2014 Constituição, dispersão e reintegração de fundos. In *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.80-94.

BORGES, R.

2021 *O Elo perdido: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade*. Niterói, 2021.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação -Universidade Federal Fluminense.

CAMARGO, A. M. A.

2009 Arquivos pessoais são arquivos. *Arquivo Público Mineiro*. 2 (jul./dez. 2009) 26-39.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S.

2015 *Centros de Memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CAMPELLO, L. O. S.

2015 *O Legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional de arquivos pessoais*. São Paulo. 2015.
Tese de História Social - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COOK, T.

2018 O Passado é prologo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In *Pensar os arquivos: uma antologia*. Org. Luciana Heymann, Letícia Nedel; trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2018, p. 17-81.

COSTA, M. T. M.

2019 *Dispersão em arquivos pessoais: um estudo exploratório*. Rio de Janeiro. 2019.
Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

DOUGLAS, J.

2016 Origens: Ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Org. Terry Eastwood, Heather MacNeil; trad. Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli Belloto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 47-69.

DUARTE, R. C.; BIZELLO, M. L.

2021 Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. *Acervo*. [Em linha]. 34:1 (jan./abr. 2021) 131-153. [Consult. 14 jun 2021]. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1598>.

DUCROT, A.

1998 A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares: Estudo Histórico: Arquivo pessoal. *Revista Estudos Históricas*. 11:21 (1998) 151-168.

FONSECA, S. G.

1997 Ser Professor no Brasil: história oral de vida. *Papirus*. 3ª edição (1997) 156-165.

O FRACASSO DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU NO VESTIBULAR

1982 O Fracasso do ensino do segundo grau no vestibular. *Jornal dos Sports*. 16.043 (31 jan.1982) 10.

GOMES, M. A.

2022 *Da dispersão à reconstituição do contexto arquivístico: arquivo do Educador Rubim Santos Leão de Aquino*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2022. [Consult. 2.fev.2024]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61749>.
Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

MENDONÇA, A. W.

2002 *Anísio Teixeira e a universidade de educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M.

2013 A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói: revista do Departamento de Ciências Humanas, Universidade de Santa Cruz do Sul*. [Em linha]. 38 (jun. 2013) 45-49. [Consult 2 maio 2022]. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C.

1998 *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SÁ, E.

2010 20 anos de curso pré-vestibular comunitário na Mangueira. *Fazendo Média*. [Em linha]. (19 ago. 2010). [Consult 21 out. 2021]. Disponível em: <https://assmangueiravestibulares.blogspot.com/>.

SILVA, M. C. S. M.

2017 Os Arquivos pessoais e os desafios para os arquivistas. In *Archivos personales: experiencias de organización y gestión*. Coord. Noelia García, Maria Celina Soares de Mello e Silva. Córdoba: Redes, 2017, p. 7-12.

XAVIER, L. N.

2007 Apreciação dos espaços de memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Org. Antônio José Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007, p. 153-172.

Michele de Almeida Gomes | micaproedesufrj@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Ana Luce Girão Soares de Lima | ana.girao@fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil